



## O sistema estadual de Bibliotecas Públicas do Amazonas e a meta 32 do Plano Nacional de Cultura – Brasil

*Soraia Pereira Magalhães<sup>a</sup>*

*<sup>a</sup> Universidad Salamanca, Espanha, [Soraia.mag@gmail.com](mailto:Soraia.mag@gmail.com)*

---

### Resumo

Aponta dados sobre a atuação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Amazonas, organismo responsável por mobilizar ações em bibliotecas públicas nos municípios do estado do Amazonas, Brasil. Reflete sobre o Plano Nacional de Cultura, que desde 2003 tem sido a base para os avanços no segmento cultural pautado na aplicação de um plano de 53 metas que visa gerar equidade no âmbito da cultura no país. A análise se fixa na meta 32 que tem por fim instigar o Brasil a chegar até 2020 com ao menos uma biblioteca pública implantada e em atividade em todos os seus 5570 municípios. O recorte, porém se volta para as cidades do Amazonas e reflete sobre as condições do acesso à informação para as populações dos municípios no tocante às bibliotecas públicas.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Públicas, Sistemas de Bibliotecas, Cidades Amazônicas, Plano Nacional de Cultura-Brasil..

---

### Introdução

O Amazonas é um estado brasileiro com população estimada em 4.063.614 habitantes (IBGE, 2018), que se distribui por 62 municípios. Considerado o maior estado em área territorial do país, com 1.559.146,876 km<sup>2</sup>, sua maior concentração populacional está na capital Manaus que absorve cerca de 2.130.264 habitantes (IBGE, 2018), contudo tanto a capital quando as cidades do interior dispõe de poucas opções em termos de espaços e serviços no campo das bibliotecas públicas.

O objetivo dessa comunicação é apresentar parte dos resultados do estudo diagnóstico sobre bibliotecas públicas com base em amostragem que envolveu mais de 50% das cidades do estado, onde se buscou confrontar as listagens estabelecidas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP, no Amazonas, bem como às condições das bibliotecas públicas no contexto do Plano Nacional de Cultura.

Para as análises foram destacados aspectos da *Meta 32*, do Plano Nacional de Cultura, que propõe que o Brasil chegue até 2020 com o total de “100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento”. (MINISTÉRIO DA CULTURA, p. 94, 2013), daí a necessidade de avaliar as listas relacionadas ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Amazonas, publicadas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas numa perspectiva de efetivar um quadro comparativo a partir da condição constatada in loco sobre as bibliotecas públicas dos municípios de Alvarães, Anamá, Anori, Apuí, Atalaia do Norte, Autazes, Barreirinha, Benjamin Constant, Beruri, Careiro do Castanho, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Manaus,

Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, São Sebastião do Uatumã, Silves, Tabatinga, Tefé, Urucará e Urucurituba.

A motivação para o desenvolvimento do trabalho, porém, se tornou mais efetiva a partir da constatação da inexistência de dados precisos sobre bibliotecas públicas nos municípios do estado, pois se percebia a necessidade de compreender como numa estrutura geográfica tão ampla, onde rios e florestas exercem influência direta no modo de ser e de viver do povo do estado do Amazonas, como eram desenvolvidas as ações voltadas para a cidadania informacional e cultural da população tendo em vista o desconhecimento (inclusive do órgão gestor) sobre espaços formais de bibliotecas.

A principal hipótese que se buscava comprovar era que o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas não cumpria com sua função de estimular, fomentar e fortalecer as bibliotecas dos municípios haja vista a inexistência de relatórios e/ou documentos que apontassem informações sobre espaços, serviços, acervos, localização das bibliotecas e outros.

A análise se voltou para questões referentes à cidadania informacional tomando como apoio o argumento do Manifesto da IFLA para bibliotecas públicas que diz:

“A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.” (IFLA, 1994).

A pesquisa, porém esbarrou em um impasse, tendo em vista o entendimento de que as bibliotecas públicas nas cidades do Amazonas, em muitos casos não podem ser consideradas “*centros locais de informação que tornam prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros.*” (IFLA, 1994). Nesse sentido, como definir o que dispomos, já que de alguma forma o nome ou o termo ‘biblioteca’ faz parte do ideário, mas em estruturas que não lhe oferecem garantias para tal nomenclatura. Assim, sendo optou-se por efetivar a seguinte divisão sistêmica sobre a condição das bibliotecas públicas nas cidades do estado.

Foram investigados 32 municípios, além da capital amazonense em pesquisas de campo que aconteceram entre os anos de 2011 a 2017. O trabalho atualmente faz parte das análises que compõe o estudo doutoral *Evaluación de las acciones del Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas del Amazonas* (em andamento), pela Universidade de Salamanca, na Espanha.

## **Método**

Pesquisa quantitativa de cunho exploratório que visou em primeiro momento efetivar diagnóstico voltado para os espaços de bibliotecas em mais de 50% por cento do total de cidades que compõe o território do Amazonas.

Dos 62 municípios do estado, 33 foram investigados *in loco*, propiciando análise que foi além do contexto dos dados publicados pelo SNBP. O primeiro momento do trabalho consistiu no levantamento de informações junto à coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas

Pública, onde se constatou que possuíam somente os mesmos dados registrados nas listas do SNBP. Diante desse quadro, foi iniciado processo investigativo em 32 municípios, além da capital amazonense que possibilitou criar uma divisão sistêmica para avaliar a condição das bibliotecas públicas, ficando assim definidas: : Bibliotecas ativas, Bibliotecas abertas, Bibliotecas que emprestam livros, Bibliotecas desativadas, Bibliotecas Fechadas, Município não possui biblioteca.

Para o diagnóstico foi utilizado questionário criado pelo SNBP em 2011 (para o Cadastro Nacional de Bibliotecas Públicas). As técnicas utilizadas no trabalho de coleta de dados ocorreram por meio de entrevistas e observação; especificamente para essa comunicação optou-se por apresentar um fragmento das análises refletindo sobre a Meta 32 do PNC, no comparativo com a listagem produzida pelo SNBP e os dados coletados referentes aos espaços físicos.

### **Meta 32 do Plano Nacional de Cultura e bibliotecas públicas**

A cultura vem sendo alvo de ações em diferentes segmentos da sociedade brasileira e a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela **Lei 12.343**, de 2 de dezembro de 2010 tem sido considerada a base de uma conquista que ainda precisa ser consolidada. O Plano, composto por 53 metas, com prazo de execução de 10 anos, tem término previsto para 2 de dezembro de 2020. Seus objetivos, de acordo com o que apresenta o site do Ministério da Cultura:

“[...] são o fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014).

Elaborado em meio à realização de seminários, debates e conferências que objetivavam instigar posteriormente a criação de outros planos nos níveis estaduais, municipais; visa atender especificidades de cada região e seguimentos culturais e artísticos com atenção nas dimensões da expressão simbólica; como direito de cidadania e como potencial para o desenvolvimento econômico.

Tomando para análise apenas a meta 32 do Plano, que objetiva o fortalecimento das bibliotecas públicas em todos os municípios brasileiros, foi possível perceber que em vista da presença dessa instituição em maior proporção que outros equipamentos culturais nas cidades brasileiras, o que tem sido tomado como existente não passa muitas vezes de espaços que até dispõe de estantes e livros, mas sem serviços e representatividade são em muitos casos desconhecidos da população, fator que torna preocupante a afirmação de que “[...] 5.510 cidades, ou seja, 99% das cidades brasileiras, têm pelo menos uma biblioteca pública

(*municipal, estadual ou comunitária*).” (MINISTÉRIO DA CULTURA, p. 92, 2013)..

Cada uma das metas do Plano Nacional de Cultura apontam elementos condicionantes. No caso da Meta 32, o documento destaca que “[...] *os governos precisam garantir em seus orçamentos recursos para manutenção, modernização e comunicação desses espaços, além de formar um grupo de funcionários qualificados e dedicados.*” (MINISTÉRIO DA CULTURA, p. 93, 2013). Apesar de apontar necessidades que envolvem compra de livros, equipamentos e contratação de profissionais, a verdade é que nada obriga os municípios a seguirem tal recomendação, haja vista não haver legislação que determine existência efetiva para as bibliotecas públicas no Brasil.

Outras 4 metas também contidas no PNC foram pensadas visando as melhorias da cultura no país e em suas porções ampliam possibilidades para o segmento do livro, leitura e bibliotecas públicas no Brasil conforme apresentadas na tabela abaixo:

**Tabela 1. Metas do Plano Nacional de Cultura que se relacionam com bibliotecas públicas**

| METAS   | O QUE DIZ   | CONTEXTO  | O QUE FAZER   |
|---------|---|---|---|
| META 20 | Média anual de 4 livros lidos fora do aprendizado formal por cada brasileiro.   | A pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Pró-Livro em 2007, revela que a média anual de leitura da população brasileira, fora do que é solicitado pela escola, é de 1,3 livros.   | Criar bibliotecas em todas as cidades, com equipamentos, acervo e funcionários suficientes para mantê-las em funcionamento; capacitar pessoas para que atuem na democratização do acesso ao livro e formação de leitores, por meio de visitas domiciliares, empréstimos de livros, rodas de leitura, contação de histórias, criação de clubes de leitura e saraus literários; apoiar novos espaços de leitura, tais como salas de leitura, bibliotecas circulantes, bibliotecas comunitárias, acervos em hospitais e associações comunitárias. (p. 65).                       |
| Meta 29 | 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade | Hoje nem todos os espaços culturais estão adaptados para as pessoas com deficiência, ainda que sejam obrigados a fazê-lo. O que se pretende é que todos os museus, cinemas, teatros, centros culturais, arquivos e bibliotecas públicas cumpram os requisitos de acessibilidade | É preciso fazer cumprir a Lei Federal nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. É preciso garantir também, que os espaços culturais ofereçam: instalações, mobiliários e equipamentos adaptados para acesso e uso desse público; etc. banheiros adaptados; estacionamentos com vagas reservadas e sinalizadas; sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual; e espaços reservados para cadeira de rodas e lugares específicos |

|         |   |  |  |
|---------|---|--|--|
|         | desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.  | e desenvolvam ações que promovam a fruição cultural por parte das pessoas com deficiência, oferecendo seus acervos e atividades em formatos acessíveis.  | para pessoas com deficiência auditiva e visual com acompanhante. Além disso, é preciso estimular os espaços culturais para que desenvolvam ações voltadas para a promoção da efetiva fruição cultural por parte das pessoas com deficiência, tais como oferecer equipamentos e serviços que facilitem o acesso aos conteúdos culturais. Exemplo disso é o uso do Braille, de Libras e da audiodescrição. (p.85). |
| Meta 34 | 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.  | Hoje muitas bibliotecas públicas e museus existentes no Brasil apresentam condições precárias e precisam ser modernizados em todos os sentidos: nas instalações e nas atividades e bens que oferecem ao público. A meta é modernizar 50% das 5.304 bibliotecas públicas e dos 3.026 museus existentes no Brasil. | É preciso dar continuidade ao Programa de Modernização de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), e ao Programa de Modernização de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Além disso, é necessário que estados e cidades também realizem projetos para aprimorar instalações, equipamentos, acervos e materiais de bibliotecas e museus públicos.                                |
| Meta 41 | 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). | Atualmente, é possível consultar na internet um catálogo com algumas informações do acervo de 5.187 bibliotecas (cerca de 5% das bibliotecas públicas brasileiras) e de 909 museus (48% dos que estão cadastrados no Instituto Brasileiro de Museus – Ibram).  | É preciso que as instituições façam o inventário de seu acervo e mantenham um catálogo atualizado com informações sobre ele. Ao mesmo tempo, é necessário finalizar o módulo do SNIIC que integrará essas informações e as disponibilizará ao público, o que está previsto para 2013.  |

Fonte: As metas do Plano Nacional de Cultura, 2013.

O alcance que cada uma das metas listadas pode exercer sobre o campo das bibliotecas públicas é considerável. No caso da Meta 20, que visa favorecer a ampliação da ação leitora no país, destaca a necessidade não apenas da criação de bibliotecas, mas de interação profissional que viabilize mediação além do espaço físico das bibliotecas; quanto a Meta 29 atenta para necessidades estruturais onde as bibliotecas públicas devem oferecer acessibilidade em termos de equipamentos, serviços e recursos bibliográficos numa perspectiva de inclusão social para pessoas com deficiências. A Meta 34 reforça o argumento sobre a precariedade das bibliotecas públicas e justifica a necessidade dos Programas de Modernização, bem como a importância da intervenção de outros segmentos públicos para a melhoria das bibliotecas públicas. Por fim a Meta 41 reflete sobre a importância da visibilidade dos acervos de bibliotecas que deverão estar disponíveis em uma base sistêmica. Enquanto implementos como esses não ocorrem, muitas bibliotecas públicas brasileiras

seguem sem influenciar de forma positiva a vida em sociedade.

Reflexões sobre a má condição da biblioteca pública no Brasil não são recentes, Luís Milanesi no livro *O que é biblioteca*, trinta e cinco anos atrás alertava que:

Quantificar o seu número é impossível ou, pelo menos, é uma tentativa precária e isso por dois fatos: primeiro, não se sabe com exatidão o que possa ser considerado biblioteca pública. Há muita generosidade na aplicação do termo. Por vezes ela é um armário com alguns livros escondido em alguma sala da prefeitura. Só funciona para efeito de estatística. Segundo, como alguns rios nordestinos, as bibliotecas podem ser intermitentes: funcionam em alguns períodos. Outras, obedecendo o ciclo da vida, nascem, crescem e morrem. (MILANESI, 1983, p. 54-55).

A afirmação de Milanesi condiz com muitas das bibliotecas identificadas na realidade amazônica, onde espaços (mesmo em cidades tão pequenas) são desconhecidos. Almeida Júnior (2013) também observou de maneira negativa a realidade das bibliotecas públicas no país apontando que:

A biblioteca pública brasileira pode ser interpretada como um equipamento cultural obsoleto, inoperante e totalmente dispensável. A afirmação pode ser entendida como extremamente forte, mas traduz as análises desenvolvidas pela literatura, as observações que qualquer pesquisador interessado pode obter através de visitas às bibliotecas públicas brasileiras e as conversas com bibliotecários responsáveis ou não por essas bibliotecas. (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 42).

Certamente existem exceções, mas em muitas cidades do Brasil o que vem sendo considerado biblioteca pública não condiz com sua função primordial que é favorecer o alcance a qualquer pessoa do acesso ao conhecimento por meio de livros e outros suportes informacionais, além de aparatos tecnológicos que lhes conectem com a realidade do mundo globalizado, bem como oferecendo possibilidades de interação social, educacional e o exercício criativo.

## **O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Amazonas**

Várias bibliotecas públicas brasileiras nasceram a partir de participação de edital do Programa Livro Aberto, criado em 2004 pelo Governo Federal. O processo consistia no comprometimento das prefeituras na providência de espaços e contratação de pessoal para atuar nas futuras bibliotecas que surgiam sem planejamento adequado e sem contar com profissionais capacitados para seu desempenho. Os trâmites, em alguns casos esbarraram na falta de acompanhamento e fiscalização e especificamente no Amazonas, apesar do recebimento de materiais, alguns municípios não cumpriram sua parte no acordo de prover espaço e recursos humanos, exemplos como os municípios de Coari (segunda maior economia do estado), ou Tabatinga (que se destaca por sua posição de fronteira). Ambos até os dias atuais não possuem bibliotecas públicas, mas constam nas listas publicadas pelo SNBP como existentes.

A lista divulgada no site do SNPB, em última atualização realizada em fevereiro de 2015

apontava que o Amazonas possuía o total de 59 bibliotecas públicas instaladas, sendo 4 na cidade de Manaus (o que não é verdade). No tocante aos municípios apresenta o total de 55 municípios com bibliotecas públicas e que somente 07 não possuíam esse equipamento. Os números em princípio podem ser vistos como positivos se pensamos que o estado se distribui por 62 municípios, contudo a realidade constatada destoava dos dados apresentados, por isso visando melhor definição do contexto encontrado optou-se por apresentar as bibliotecas públicas de acordo como foram identificadas, ficando assim classificadas:

**Bibliotecas ativas:** Desenvolve ações que vão além da consulta local;

**Bibliotecas que realizavam empréstimos de livros:** serviço de empréstimo e consulta local;

**Bibliotecas abertas, mas sem atividade:** Abrem suas portas, mas não oferecem serviços;

**Bibliotecas desativadas:** Em algum momento o município contou com biblioteca pública, mas foi desativada;

**Bibliotecas Fechadas:** O município dispõe de acervo e até espaço, mas a biblioteca estava fechada;

**Não possui biblioteca:** biblioteca pública não existe.

Foram consideradas *bibliotecas ativas* aquelas que desenvolviam atuação que ia além da consulta local, desde empréstimos domiciliares, atividades culturais e outros serviços, dos quais 5 municípios se destacaram: Manaus, Apuí, Codajás, Parintins e Tefé.

Bibliotecas que realizavam empréstimos de livros, além de consulta local foram identificadas em 6 municípios: Benjamin Constant, Humaitá, Itacoatiara, Maués, Nhamundá e Presidente Figueiredo.

10 municípios possuíam espaços de bibliotecas abertas, porém não realizavam nenhuma atividade: Atalaia do Norte, Beruri, Barreirinha, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri, Rio Preto da Eva, São Sebastião do Uatumã, Silves, Urucará e Urucurituba.

Foram identificados 5 municípios que contaram em algum momento com biblioteca pública, mas que foram desativadas, das quais os municípios de Anamá, Anori, Autazes, Coari e Nova Olinda do Norte.

Os municípios de Alvarães e Careiro da Várzea, apesar de disporem de espaços de bibliotecas públicas e acervos estavam fechadas por falta de funcionários.

A pesquisa identificou 4 municípios que não possuíam bibliotecas públicas: Careiro, Itapiranga, Novo Airão e Tabatinga.

O elemento gráfico abaixo apresenta as condições dos municípios e das bibliotecas públicas pesquisadas em face da classificação proposta.



FIGURA 1. CONDIÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO AMAZONAS EM 33 MUNICÍPIOS

Indagados os funcionários de bibliotecas públicas ou gestores municipais sobre possíveis contatos e parcerias realizadas com o Sistema Estadual de Bibliotecas públicas do Amazonas, somente os municípios de Autazes, Maués, Parintins e Tefé apontaram ter conhecimento sobre a existência do Sistema. É válido destacar que os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs), de acordo com o site do SNBP foram criados para apoiar,

“[...] os municípios na ampliação e fortalecimento de suas bibliotecas públicas e comunitárias e, fomentam a constituição de sistemas municipais de bibliotecas. Oferecem assessoria técnica em questões referentes aos espaços, acervo, infraestrutura, serviços e formação de pessoal de bibliotecas.” (SNBP).



A coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Amazonas, vinculado a Coordenadoria de Biblioteca Pública Estadual do Amazonas, está ligada hierarquicamente a Secretaria de Cultura do Estado – SEC que sem viabilizar acompanhamento sobre os trabalhos realizados, tem justificado sua inexpressiva atuação em face às dificuldades geográficas da região.

No eixo da questão pode-se dizer que dos 33 municípios do Amazonas pelo menos 11 realizam algum tipo de atividade, destaque para o município de Tefé que além de realizar empréstimos de livros, possui acervo estimulante, horários relativamente acessíveis, desenvolve atividades de extensão, além de ter instigado a atenção da população local sobre o que pode vir a ser uma biblioteca pública no ambiente urbano amazônico.

Em vista do exposto, como pensar o acesso à informação “sem limites” como pregoa o Manifesto da IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas se gestores, funcionários e a própria população das cidades amazônicas (que possuem esses espaços) vêm a função da biblioteca pública como ambiente de guarda, onde o objeto livro é restringido e a tecnologia informacional ainda não faz parte dos equipamentos disponíveis?

Numa conjuntura em que o *boom* do acesso à informação decorrente dos aparatos tecnológicos, principalmente dos telefones celulares passou a fazer parte da vida do cidadão amazonense, a existência de ambientes de bibliotecas públicas que não ofereçam serviços, tampouco disponham de aparatos tecnológicos, tem sido vista como desnecessária.

Restando ainda dois anos para que se atinja o prazo de dez anos para o cumprimento das metas do PNC, faz-se necessário instigar o comprometimento com a verdade e com a busca da valorização da cultura em seu caráter mais humano.

A pesquisa favoreceu conhecer diversos aspectos relacionados as bibliotecas públicas do Amazonas, dos quais referentes a acervos, serviços, infra-estrutura, recursos humanos, mas para efeito dessa reflexão a análise se voltou apenas para o comparativo do que apresenta o site do SNBP e a condição encontrada.

## Conclusões

O que são e como estão as bibliotecas públicas nos municípios do Amazonas? Por que não há registros gerais e informações sobre atividades, acervos ou serviços? Por que tudo o que sabemos sobre a existência de bibliotecas públicas no Amazonas refere-se a uma lista publicada no site do SNBP que não passam de informações desencontradas? Qual a realidade do Amazonas diante da Meta 32 do Plano Nacional de Cultura?

Essas eram algumas das perguntas que culminaram na investigação que abarcou uma amostra do total de mais de 50% dos municípios do estado, incluindo Manaus que gerou as condições para que se pudesse constatar falta de gestão eficiente para o segmento das bibliotecas públicas no estado, além da identificação de espaços físicos inadequados, falta de profissionais capacitados, inexistência de serviços e acervos defasados, aliás, sem mínima atenção as minorias lingüísticas.

A investigação gerou as condições para que se pudesse comprovar a hipótese de que sem autonomia o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Amazonas não vem cumprindo sua

função de estimular, fomentar e fortalecer as bibliotecas dos municípios e foi negligente com o repasse de informações básicas relacionadas à existência de bibliotecas públicas no estado, compartilhadas pelo SNBP, que por conseguinte aponta dados incorretos sobre os números de bibliotecas no Amazonas, repercutindo conseqüentemente sobre os resultados da Meta 32 do Plano Nacional de Cultura.

A situação pode parecer sem importância, mas é grave haja vista que impacta a vida de pessoas que desconhecem seus direitos no tocante a cultura. Enquanto outros países e cidades discutem questões que envolvem acessibilidade, alfabetização informacional, equidade informacional em bibliotecas públicas, estamos ainda apresentando indícios de suas existências.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo F. de (2013) - *Biblioteca Pública: avaliação de serviços*. Eduel: Londrina.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. [Em linha]. Brasil: 2018. [Consulta: 01/03/2018]. Disponível na Internet <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=13&search=amazonas>>

IFLA/UNESCO. (1994). *Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas*. [Em linha]. [Consult. 09 jul. 2018] Disponível na Internet: <URL: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>.

MILANESI, Luís (1983). *O que é biblioteca*. São Paulo: Editora Brasiliense. 94 p. ISBN 85-11 01094-7.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Plano Nacional de Cultura PNC*. [Em linha]. Brasília. [Consult. 23 fev. 2018]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->>.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *As metas do plano nacional de cultura*. [Em linha]. Brasília: 2013. [Consult. 12 mar.2018]. Disponível na Internet: <URL: [http://issuu.com/planonacionaldecultura/docs/as\\_metas\\_do\\_plano\\_nacional\\_de\\_cultura](http://issuu.com/planonacionaldecultura/docs/as_metas_do_plano_nacional_de_cultura)>.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Programa Livro Aberto*. [Em linha]. Brasília. [Consult. 10 jun. 2017] Disponível em: <URL: [http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/programa-livro-aberto-149141/11043/maximized](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/programa-livro-aberto-149141/11043/maximized)>.

SNBP. SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. *Dados das bibliotecas públicas*. 2015 [Em linha]. Brasília. [Consult. 16 abril 2018]. Disponível na Internet: <URL: <http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>>.

SNBP. SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. *Sistemas Estaduais*. [Em linha]. Brasília. [Consult. 16 abril 2018]. Disponível na Internet: <URL: <http://snbp.culturadigital.br/sistemas-estaduais/>>.